
PARTE III

Estante

Dissertações
Recensões • Informações bibliográficas

“Entre a exigência e a ternura”*

O compromisso como modo de instituir o crer numa paróquia católica urbana

*Os objectivos da pesquisa
podem resumir-se
na perseguição
das qualidades políticas
mobilizadas
pela instituição paroquial
católica na construção
da sua credibilidade
num contexto urbano
novo.*

Alfredo Teixeira
*Centro de Estudos
de Religiões e Culturas,
Universidade Católica
Portuguesa*

Na sua formulação inicial, o campo temático da pesquisa apresentava-se, num plano mais geral, como uma investigação antropológica no domínio do funcionamento político das instituições, e num plano mais particular, como um itinerário de pesquisa sobre instituição paroquial católica a partir das interrogações da antropologia política. Isto porque no universo religioso católico, a paróquia é um campo regulado onde se descobrem as determinações políticas mais estruturantes; mas também porque a paróquia adquiriu historicamente uma importância assinalável na definição das identidades locais na Europa.

Identificado o domínio da pesquisa, foi necessário avançar na detecção do problema fulcral: que recursos a instituição paroquial mobiliza para a sua inscrição na vida da metrópole contemporânea — em contextos marcados por padrões de individualização, de mobilidade, de pluralização e terciarização dos modos de vida —, isto tendo em conta tanto a estrutura hierárquica da paróquia católica no que concerne à sua legitimidade, tanto a sua dependência histórica de uma certa identidade entre confissão religiosa, comunidade social e circunscrição territorial. Neste quadro, os objectivos da pesquisa podem resumir-se na perseguição das qualidades políticas mobilizadas pela instituição paroquial católica na construção da sua credibilidade num contexto urbano novo.

*Dissertação de doutoramento em Antropologia Política defendida no Inst. Sup. de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). Lisboa: 2004.

Considerando que essas qualidades se actualizam em procedimentos institucionais concretos, exigia-se o estudo intensivo de um terreno delimitado: uma paróquia de denominação católica romana, em Lisboa, estudada enquanto campo regulado onde se desenvolvem as operações que dão corpo, num lugar, à política de construção da credibilidade católica.

Na delimitação de um quadro de discussão sobre os conceitos-chave necessários à investigação, encontrou-se em Michel de Certeau um interlocutor privilegiado. Michel de Certeau procurou compreender o funcionamento do *crer* enquanto prática social e substrato da socialidade humana privilegiando uma conceptualidade transversal que visa a identificação desse pacto de confiança que estrutura as relações nos distintos domínios do social e suas institucionalidades.

Avançou-se assim na constituição de um quadro de discussão teórica que se denominou “antropologia do *crer* e da *crença*”. A manutenção desta dupla caracterização – o “*crer*” e a “*crença*” – sinaliza a vontade de perseguir não tanto os objectos do *crer* (as “*crenças*”), mas sobretudo as acções, os modos de adesão, as modalidades de enunciação, que dão corpo às transacções que acontecem em determinado *habitat* institucional.

A conceptualidade por ele apresentada permite, ainda, a identificação do núcleo político do funcionamento da *crença* enquanto prática social: a legitimidade da *crença* constrói-se na referência a uma alteridade recebida que é enunciada por um locutor cuja fidelidade é reconhecida. Nesta aproximação, Certeau privilegia o papel dos garantes últimos das transacções que se estabelecem numa instituição e os processos de autorização que permitem a alguns sujeitos a qualidade de re-presentantes. Esta problemática da construção social da credibilidade entronca na linha de uma abordagem clássica – desde Weber (*Economia e Sociedade*) a Mary Douglas (*Como pensam as instituições*) – tradição em que a questão política encontra no problema da legitimidade e das mediações um dos seus fulcros fundamentais. É destes pressupostos que decorre a pergunta essencial: Que recursos mobiliza a instituição, nos contextos de mudança, para continuar a garantir aquilo que os seus crentes/praticantes dela esperam?

Nos saberes da antropologia, a noção de instituição foi usada, com preponderância, num sentido lato, designando o que numa dada sociedade toma a forma de estrutura ou dispositivo organizado, visando o funcionamento ou a reprodução dessa sociedade. Nesta investigação, procurou operacionalizar-se a noção de instituição trabalhada por Michel de Certeau: a instituição não é apenas o dispositivo organizador (no duplo sentido de contexto local regulador de interacções e de forma organizativa capaz de poder estratégico), é o próprio processo produtor de institucionalidades – entre outras, normas, códigos, ritos, interpretações autorizadas, formas de transmissão, definição e distribuição do poder, condições de autorização. Assim, instituir é “fazer *crer*” (é a *crença* em acção),

As propostas de Michel de Certeau foram confrontadas com os seus interlocutores directos naquilo que são alguns dos pontos nevrálgicos das suas teorias sociais. Refira-se, em particular, Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Pierre Legendre. Dos estudos deste último, no domínio da Antropologia do Direito, recolheram-se as suas conclusões acerca do papel das referências últimas (Deus, o Estado, o Povo, a Igreja,

etc.) na fundamentação política das classificações e diferenciações sociais — isso a que o autor chamou a função dogmática.

A aproximação à obra de Pierre Bourdieu centrou-se no estudo da noção de crença, categoria definida pelo autor como adesão a um conjunto de práticas sociais segundo expectativas instituídas num determinado campo de relações objectivas. Para Bourdieu, a crença é o motor da acumulação de crédito, e o campo social estrutura-se a partir das lutas que se travam pela gestão desse capital simbólico acumulado. Nesta perspectiva, o poder simbólico não reside na força da ilocução, mas na relação de reconhecimento que envolve os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos. Os ritos de instituição/consagração são, nesta perspectiva, uma peça fundamental na divisão do trabalho social e na autorização dos locutores que falam “em nome de”.

Neste percurso, refira-se também a revisitação da “microfísica” do poder de Michel Foucault. Na obra deste, o termo “poder” designa relações entre parceiros, resume um conjunto de acções que se induzem, respondendo-se mutuamente — esse poder que no campo cristão se apresenta sob uma forma particular, o poder pastoral.

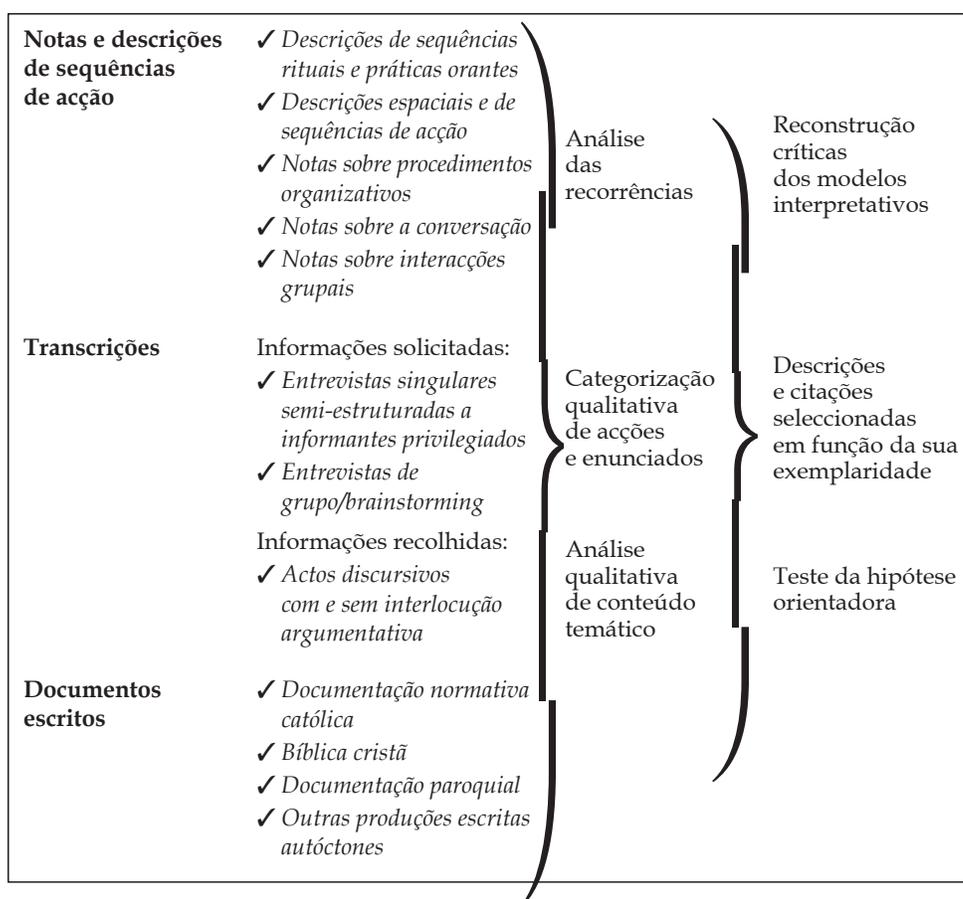
Este conjunto conceptual permitiu centrar a discussão sobre o poder no domínio das trocas que se estabelecem entre os parceiros de uma relação. Por isso se tornou necessário encontrar uma formulação conceptual que permitisse caracterizar as transacções que se estabelecem entre aqueles que, no campo institucional católico, detêm o poder estratégico (e os que dele participam) e os outros, os praticantes/utentes, que procuram na instituição os bens de que necessitam segundo modalidades de identificação diversas. Não se pode perder de vista que para além da competência normativa das instituições é necessário ter em conta, a margem de manobra. Tanto uma dimensão como outra são estruturantes da sua morfologia política.

A antropologia do quotidiano desenvolvida por Michel de Certeau nos anos setenta propôs uma distinção fundamental: a distinção entre a estratégia (a racionalidade dos produtores) e a tática (a lógica da acção dos consumidores). Mais do que a oposição entre os que operam numa e noutra zona, o trabalho de investigação que aqui se apresenta interessou-se pelo intervalo entre esses dois domínios, precisamente porque aí se pode descobrir o trabalho político de manutenção de uma zona de elasticidade que permite a integração de um conjunto plural de praticantes.

Tendo em conta o problema colocado e a exploração teórica desenvolvida, foi possível, desenvolver a investigação a partir de uma hipótese orientadora: a adaptação do sistema paroquial católico aos modos de vida da metrópole contemporânea depende de um trabalho de elasticidade normativa em torno desse intervalo entre o poder estratégico dos produtores e as táticas dos praticantes. Esse intervalo, é o intervalo do “compromisso” (no sentido de negociação, ajuste, concessão), categoria tomada da teoria social alemã, na senda de Weber, Troeltsch e Simmel — essa categoria explica, aliás, o fragmento discursivo que se transportou para o antetítulo da dissertação: “entre a exigência e a ternura”. Por isso, a hipótese orientadora se desdobrou num segundo tópico: as práticas do compromisso são facilitadas pela política do simbólico característica do campo religioso católico — produzir a unidade sob o emblema do rito autorizado, subalternizando as dimensões ideológicas. Essas “artes de fazer” descobertas na zona de elasticidade do sistema, a margem de manobra, gerem um equilíbrio instável entre o plano da autorização e o plano da apropriação local.

Avançou-se, assim, para a constituição de um arquivo etnográfico perseguindo essas operações, particularmente observáveis no trabalho de idealização comunitária, na pedagogia da instituição, nas artes do *bricolage* ritual, nas interações grupais e nos debates em torno do sistema de valores que deve organizar a acção.

A investigação foi sustentada por um trabalho de campo em que se cultivou a observação participante, completada com a recolha de dados junto de informantes privilegiados e com a análise documental tanto dos códigos normativos que sobre-determinam a instituição paroquial como das produções escritas autóctones. Daí resultou o arquivo etnográfico que se descreve neste quadro:



O estatuto da observação pode resumir-se assim: observar o religioso enquanto acontece, centrando a atenção nas interações localizadas e nas condições de produção, transmissão e recepção dos bens simbólicos circulantes. A atenção dada aos actores em movimento é acompanhada por um interesse metódico pelas lógicas de acção e de enunciação.

A penetração intensiva no campo ocorreu em dois períodos distintos: de Outubro de 1998 a Julho de 1999; de Março de 2001 a Junho de 2002. Recorrendo aos utensílios antropológicos de observação directa, pode definir-se deste modo o tipo de observação participante cultivada: o investigador negocia previamente o seu

lugar não prescindindo do facto de ser um observador exterior, mas aproveitando para interagir sem se tornar ele próprio protagonista das interações. De uma forma geral, houve uma aceitação com poucas reservas deste estatuto de observador, embora essa posição tenha sido afectada pela natureza variada dos contextos da acção.

Os contornos da discussão teórica e os resultados do estudo desse dossier etnográfico foram organizados na dissertação em duas partes, tal como o quadro seguinte expõe:

I PARTE: **Crença e instituição**

- § O crer e a crença enquanto substrato das socialidades
- § Instituir o crer
- § A crença como prática, estado e representação.
- § A religião no terreno da antropologia do crer e da crença
- § Fragmentação e disseminação do crer e da crença
- § Para uma etnografia da vida religiosa corrente

II PARTE: **A política do compromisso numa paróquia católica de Lisboa**

- § Poder, território e divisão do trabalho religioso
- § Entre o serviço público de religião e a ficção comunitária
- § A palavra e o rito
- § Instituir uma linhagem crente
- § A pedagogia do casamento
- § Recomposições rituais
- § Um Deus de proximidade
- § Grandezas de valor e teorias da acção

Este estudo permitiu identificar não só as sobre-determinações normativas que afectam o sistema paroquial católico, as polarizações em torno do rito e do discurso, mas também as iniciativas dos actores, segundo uma lógica própria de divisão do trabalho religioso, particularmente no domínio dessa tensão que se descreveu usando as metáforas do “serviço público” e da “ficção comunitária”. Entre essas duas áreas de investimento institucional encontramos uma zona de transacção entre praticantes-participantes e os praticantes-utentes, zona de elaboração de um compromisso essencial entre a necessidade de sustentar um lugar de inscrição pública na cidade e o desejo de investir nas metodologias que visam a motivação e a adesão pessoais.

No processo de organização da transmissão crente, mostrou-se que o trabalho institucional visa a verosimilhança do crer, o desenvolvimento das competências de comunicação com os outros crentes e a preparação dos rituais que marcam o ritmo da socialização religiosa primária; de modo diferente, no caso dos adultos (como por exemplo na pedagogia do matrimónio católico) a transmissão exige um trabalho mais amplo de compatibilização dos enunciados com a experiência dos crentes, experiência fragmentada por diferentes mundos sociais e saberes diversos. Quanto à comunicação ritual, ela aparece no duplo registo de emblema de unidade e de lugar de investimento em operações de apropriação local. Nas zonas de interacção grupal, descreveu-se essa competência narrativa que permite a apropriação biográfica dos códigos religiosos recebidos. Finalmente, analisando sobretudo o material resultante de contextos argumentativos, foi possível discernir os contornos do senso teórico dos

crentes relativamente ao sistema de valores partilhado. Nesse contexto, descortinaram-se tanto zonas de conflito ideológico como terrenos de negociação entre lógicas de acção contrastantes. Sublinhe-se, também, que esse trabalho em torno do sistema de valores é um dos lugares estrategicamente privilegiados de inscrição na cidade, já que muitos desses valores se aproximam dos consensos correntes nas sociedades democráticas.

Tendo em conta os objectivos e a hipótese orientadora foi possível mostrar que o trabalho na zona de elasticidade se define por uma certa apropriação operativa das qualidades da tática: oscilações, hibridismos, justaposições, *bricolage*, entre outros. No entanto, a partir do conhecimento produzido, pode concluir-se que os efeitos dessa apropriação são dificilmente integráveis no corpo doxológico e normativo que identifica a instituição religiosa. As operações na zona de elasticidade podem garantir uma razoável capacidade de inclusão de crentes, mas os seus resultados não refluem necessariamente sobre a morfologia política da instituição, ou seja, permanecem na sua dimensão local, ficando dependentes de um conjunto de factores que só os dispositivos situacionais podem explicar.

Num primeiro plano, esta investigação poderá, assim, contribuir para uma melhor compreensão antropológica da institucionalidade católica num contexto que não é já aquele, amplamente estudado, da paróquia/freguesia como comunidade em sentido estrito. Num segundo, este conjunto de itinerários de pesquisa apresenta-se como um contributo para uma antropologia da vida corrente nas instituições religiosas, domínio que não tem conhecido o necessário investimento nas ciências sociais.

Os resultados desta pesquisa poderão encontrar duas linhas de abertura e aprofundamento: a) antes de mais, no domínio da pesquisa sobre outras figuras da institucionalidade religiosa e no estudo de outras instituições cuja identidade dependa da manutenção de um ideário partilhado (partidos políticos, sindicatos, ONG's, entre outras.); b) por outro lado, e para concluir, uma vez que as formas de praticar as instituições são hoje mais marcadas por escolhas individuais, as estratégias de pesquisa que permitam perceber a influência de certos factores de carácter biográfico nas escolhas actuais dos crentes/praticantes das instituições prolongarão, certamente, as linhas de investigação aqui apresentadas.

RECENSÕES

• HISTÓRIA DE LISBOA
Dejanirah Couto
Editora: Gótica
Lisboa, 2003

CELEBRAR LISBOA
Paulo Almeida Fernandes

Poucas cidades portuguesas se podem orgulhar de uma história tão rica e multifacetada como Lisboa. O seu cosmopolitismo, a sua macrocefalia em relação ao conjunto do país (que ainda hoje é vincado), o seu papel de metrópole mundial, a cidade com mais conventos em toda a Cristandade Ocidental (tantos que nem sabemos, ao certo, o seu número), a mais bela praça do mundo desaguando no rio, a maior urbe islâmica do Ocidente, os seus bairros e igrejas brancas, as escadinhas e os pátios, cidade monumento do Terramoto de 1755, a Belém Património Mundial, o aqueduto, o fado, etc., etc... são características únicas, e todas elas extraordinárias, da capital portuguesa.

Poucas serão, também, as cidades portuguesas que tanto interesse suscitaram na historiografia contemporânea. Se em muitos outros centros não existe, sequer, uma tradição de estudo monográfico, de índole regional e local, em Lisboa contamos já com uma verdadeira escola de *Olissipografia*, cujas origens remontam ao século XIX, mas cujo decisivo aprofundamento se ficou a dever

ao século XX. Relembrar nomes como Júlio de Castilho, Gustavo de Matos Sequeira, Augusto Vieira da Silva, Luís Pastor de Macedo, Fernando Castelo Branco ou Irisalva Moita é evocar mais de um século de militante olissipografia; mas é, também, recordar as múltiplas direcções desta disciplina e a dificuldade em, algumas áreas, ir mais além do que estes nomes marcantes.

Por estes factos, aqui traçados de forma sumária, não é fácil, nos dias de hoje, fazer uma *História de Lisboa*. Lembremos os projectos adiados de A. H. de Oliveira Marques em trazer a público a sua *História Medieval de Lisboa*. Ou o trabalho de síntese de José Manuel Vargas sobre as suas paróquias. Mesmo em áreas relativamente homogéneas, o panorama não é mais animador. Se as duas últimas décadas deram três *Histórias da Arte* a nível nacional, até ao momento não existiu um esforço que gerasse uma *História da Arte em Lisboa* – não obstante os contributos de autores como José Augusto França (sobre a reconstrução pombalina) ou Paulo Pereira (acerca da capital manuelina).

As duas grandes obras colectivas que a década de 90 do século XX nos deixou, e que pretenderam abarcar o universo lisboeta, constituem marcos incontornáveis para quem se dedica à olissipografia, mas nem por isso os seus autores as fizeram sair com o título de *História de Lisboa*. O *Livro de Lisboa* (coordenado por Irisalva Moita) e o *Dicionário de História*

de Lisboa (com coordenação de Francisco Santana e Eduardo Sucena), são títulos que revelam a impossibilidade de, mesmo recorrendo a múltiplos investigadores, avançar-se para uma obra de conteúdo tão ambicioso.

É neste complexo estado da olissipografia que devemos enquadrar o contributo de Dejanirah Couto. Obra de síntese, com carácter divulgativo e sem pretensões a instituir-se como marco cientificamente inovador, esta *História de Lisboa* é, antes de mais, e acima de tudo, uma História de Portugal contada a partir da sua capital. Percorrendo um universo temporal de aproximadamente 2000 anos, a cidade é o centro de um processo histórico mais vasto, funcionando simultaneamente como ponto de partida e de chegada do discurso historiográfico, dando-se, assim, pleno sentido a um célebre ditado do século XVI: “quem não viu Lisboa, não viu Portugal” (p. 127).

O que Dejanirah Couto nos conta é a sua própria visão da História do território hoje nacional, desde a primitiva organização romana até à 3.^a República portuguesa. Lisboa é (inevitavelmente) o cenário onde grande parte da acção da nossa História se processou, e um local onde os acontecimentos exteriores à cidade se fizeram obviamente sentir.

É desta forma que podemos entender algumas das suas observações particularmente críticas para com alguns períodos e personagens da História nacional, em especial relativos à Idade Média, que mais directamente nos interessa.

A visão de um Portugal medieval descomprometido dos textos cronísticos coevos que chegaram até nós, tem sido uma das maiores conquistas da moderna historiografia, simultaneamente uma afirmação das abordagens históricas totalizantes e uma clara recusa da herança

romântica (e, em muitos casos, romançada) do nosso passado. Neste contexto, a figura de D. Afonso IV e o episódio do assassinato de D. Inês de Castro assumem particular importância.

Ao contrário do que o cognome “o Bravo” permite supor, a ideia que Dejanirah Couto dá de D. Afonso IV é a de um homem permeável aos maus conselhos e de reinado efémero (p. 70). Paralelamente, nada diz acerca dos seus sucessos militares na Batalha do Salado (verdadeiro marco militar e ideológico de afirmação da Cristandade sobre os muçulmanos), nem tão pouco sobre as grandes obras que patrocinou em Lisboa.

Ora, bastará dizer que D. Afonso IV foi o único soberano medieval português a fazer-se sepultar na capital, na capela-mor da Sé-Catedral (que transformou substancialmente para panteão familiar), para termos uma perspectiva inteiramente diferente da que Dejanirah Couto nos traz. E em termos artísticos, a nova cabeceira da Sé de Lisboa é um marco na evolução da arte gótica nacional, sendo o principal capítulo qualitativo entre duas obras cimeiras da arte ocidental: Alcobaça e Batalha.

Esta questão, a que se juntam outras imprecisões de menor importância (caso de um D. Pedro I a saborear o coração guisado de um dos assassinos de D. Inês...) não ofuscam o brilho de uma obra com esta envergadura. Seria indelicado (mesmo, desleal) acentuar apenas o que é matéria de discussão e não reconhecer os inegáveis méritos do livro. Baseada numa sólida bibliografia (embora não exaustiva), Dejanirah Couto celebra Lisboa como, até hoje, nenhum outro autor celebrou. Se a investigação histórica tem sido dirigida, preferencialmente, para um público restrito, esta *História de Lisboa* presta um inestimável serviço a todos historiado-

res, na medida em que inaugura um caminho (tantas vezes recusado) de ligação entre os fazedores da História e todos aqueles que, de uma forma ou de outra, em maior ou menor grau de historicidade, se interessam por Lisboa.

Publicada originalmente, em língua francesa, em 2001 (a partir de um convite da Editora Fayard), e traduzida para português em 2003, poderá vir a ser uma das mais reeditáveis obras dos últimos anos. Neste sentido, a actualização do seu conteúdo merece uma palavra da nossa parte, com vista à rectificação de alguns pontos em edições futuras, como o exemplo que se segue.

Para o leitor que tem o seu primeiro contacto com a cidade através deste livro, o simples deambular pelas suas ruas dará lugar a enormes surpresas. Sirva-nos de exemplo o que Dejanirah Couto escreve a propósito do Largo e Convento do Carmo. Para quem nunca foi a tão importante local da história lisboeta, o carácter mítico conventual, evocador da memória de D. Nuno Álvares Pereira, e ruína-memória do Terramoto de 1755 são argumentos que bastariam para motivar qualquer visitante. Com esta *História de Lisboa* debaixo do braço, entraríamos na igreja em busca da erva que cresce na nave central, demandaríamos a capela-mor para estar diante do túmulo do fundador, percorreríamos, com o olhar, o vasto espaço para orar aos pés de Nossa Senhora da Vitória. Mas, assim, que ultrapassássemos o portal principal, espantar-nos-íamos com o que se passa dentro do antigo convento. Ao invés, existe um Museu! Por sinal, o mais antigo Museu do país, inaugurado em 1864. Nem de propósito, propriedade da mais antiga instituição nacional de defesa do Património, a actual Associação dos Arqueólogos Portugueses. Na capela-mor, não está o túmulo do fundador, mas sim o túmulo

do rei D. Fernando I, que Possidónio da Silva resgatou do mais vil abandono a que fôra votado no século XIX.

A *História de Lisboa* tem todos os ingredientes para ser uma obra de grande impacto e sucesso. À leveza da escrita, misto de literatura de viagens e de visão descomprometida da História, junta-se um importante nome da actual historiografia portuguesa e francesa¹. É, com absoluta certeza, um dos mais importantes livros, na nossa língua, no contexto daquela “história humanizada” de que a autora nos falou recentemente, produto de historiador mas dedicado a um público muito mais vasto². E é uma história carregada de referências pessoais, uma história-crónica narrada por quem, ligando-se a Lisboa como às suas raízes, dela se afastou fisicamente mas não (nunca) emocionalmente. Neste sentido, é natural que venha a ter muitas edições, em várias línguas... provavelmente, servirá de obra de referência a todo um vasto conjunto de pessoas que, não vivendo em Lisboa, ou conhecendo mal a cidade, têm, por ela, um fascínio inestimável.

Mas deve ser lida como um dos livros que melhor celebram Lisboa. Uma Lisboa, “cidade feliz”, necessariamente fragmentária e incompleta, como todo e qualquer contributo sobre o multifacetado, fascinante e imensamente desconhecido universo lisboeta.

¹ Dejanirah Couto nasceu em Lisboa mas desenvolveu toda a sua carreira universitária em França onde é, actualmente, Maître de Conférences na IV Secção da École pratique des Hautes Études. Dedicou-se, em particular, ao mundo bizantino e ao estatuto social das mulheres, mas tem vindo a deixar trabalho de inegável qualidade em muitas outras áreas de estudo, como o rico e cosmopolita século XVI português.

² “Dejanirah Couto. Lisboa no coração”, entrevista concedida à revista *Máxima*, ed. 9/2003, consultável em www.maxima.pt/0903.

- **DIZER DEUS**
– **IMAGENS E LINGUAGENS.**
Os textos da fé na leitura das mulheres
Teresa Toldy, Manuela Silva,
Fernanda Henriques,
Maria Luísa Ribeiro Ferreira,
Emma Ocaña, Maria Julieta,
Nicoletta Crosti,
Luísa Maria Almendra,
Deolinda Serralheiro,
Claudia Kolletzki, Ana Vicente,
Clara Menéres, Ilda Pires,
Helena Águeda Marujo,
Maria de Fátima e Mónica Marta
Editora: Gótica
Lisboa, 2003

**TEMPO DE RESGATAR
O TEMPO PERDIDO**

Luciana Miguel

Para as mulheres é tempo de converter a mágoa provocada pelo sentimento doloroso de ter vindo a sofrer uma injustiça milenar, e de avançar no resgate do tempo perdido.

As questões de género estão na ordem do dia.

Com um vasto leque de abordagens procedentes das mais diversas áreas de reflexão sobre a realidade, os estudos e a literatura de género, têm vindo a crescer em ritmo acelerado, confirmando a solidez de um campo de investigação que conquistou espaço próprio como forma de abordagem e matéria específica de conhecimento.

Também na teologia as mulheres abrem horizontes prometedores.

No domínio teológico cristão emergem novos pontos de vista, uma grande diversidade de reflexões de mulheres crentes, que se tem vindo a conformar como uma perspectiva própria, genericamente designada por *teologia femi-*

nista, já com “direito de cidadania e o devido crédito no mundo académico e editorial na generalidade dos países do Norte e Centro da Europa”, incluindo Espanha.

“Sem ser uma obra de teologia feminista, este livro, na sua génese e em vários dos seus capítulos reflecte aquela corrente teológica e procura dar-lhe visibilidade no nosso País.”

Surgido pela mão da Gótica, em Novembro de 2003, materializa um projecto colectivo coordenado por Manuela Silva e reúne um conjunto de 15 textos originais sobre temas de reflexão teológica, todos eles pensamento e escrita de mulheres, das quais 12 portuguesas, “na sua maioria com responsabilidades no mundo académico, na docência e na investigação”.

O projecto partiu da “constatação da pouca visibilidade da presença das mulheres no domínio da reflexão teológica e do desconforto que o grupo promotor sentiu ao tomar consciência dessa realidade”: ...Durante as Conferências da Arrábida de 2002, que se debruçavam sobre As teias que as mulheres tecem,...“Éramos quatro numa conversa de jantar” - conta Manuela Silva na apresentação da obra - “E fazendo jus ao tema, ali decidimos pôr mãos à obra de uma nova teia ... Além de mim própria, integraram o grupo promotor, a Ana Braga da Cruz, a Fernanda Henriques e a Teresa Toldy”.

Encontraram-se no desejo de “romper” a situação, “de uma injustiça intolerável”, que, “até há relativamente pouco tempo”, tem “confinado à esfera privada da família ou da catequese a palavra teológica das mulheres, em grande parte, ignorada, subestimada ou mesmo deliberadamente reprimida e ocultada”.

Ao grupo promotor juntaram-se, na colaboração dada ao projecto, a irmã Maria Julieta, rscm e Isabel de Castro.

Para além do contributo das autoras dos textos, que nos são apresentadas

através de breves notas biográficas que os acompanham, Manuela Silva, destaca, também, a aguarela de Isabel Sales Henriques reproduzida na capa do livro.

De referir ainda a qualidade de tradução dos três textos que originalmente não se encontravam em língua portuguesa, tendo sido disponibilizados pelas suas autoras em castelhano, italiano e alemão e cuidadosamente vertidos para português pela irmã Maria Julieta, rscm, por Margarida Freitas e por Marian Toldy e Teresa Toldy, respectivamente.

A diversidade dos textos foi organizada agrupando-os, segundo os seus diferentes enfoques, sob quatro grandes temáticas/tipos, critério que se reflecte nas quatro partes constituintes do livro: Parte I – *Dizer Deus*; Parte II – *Reflexões sobre textos Bíblicos*; Parte III – *Temas de espiritualidade*; Parte IV – *Testemunhos*.

Os textos de *Dizer Deus*, incluídos na primeira parte do livro, completam-se na tarefa pioneira de, em português e através de aproximações marcadamente pessoais, nos transmitirem como a reflexão teológica se enriquece e aprofunda com as abordagens procedentes da perspectiva feminista.

Logo o primeiro e óbvio gesto de distanciamento e questionamento face ao androcentrismo dos atributos que tradicionalmente incorporam a nomeação de Deus provoca inevitavelmente uma abertura de consciência. É que ao tentarmos uma renomeação de Deus, em que todas as condições de humanidade se possam sentir incluídas, imediatamente se torna evidente a impossibilidade de O apreender conceptualmente. Deixa de haver espaço para a tentação *antropomorfista*: quando chegamos a “poder dizer que Ele é tanto mãe como pai, não sendo nem mãe, nem pai” (T.T., p. 35), o que é proclamado em abstracto pela

teologia – “Deus está para além de tudo o que possamos pensar e dizer d’Ele” – adquire vida dentro de nós e atira-nos directamente para o mistério do indizível, do inominável.

Este movimento interior é transversalmente sugerido nos três textos de *Dizer Deus*, embora veiculados por discursos diferentemente orientados:

- TERESA TOLDY, que, com o livro *Deus e a Palavra de Deus na teologia feminista*, decorrente da sua tese de doutoramento feita na Alemanha, em 1998 inaugura a publicação de estudos teológicos assumidamente feministas produzidos por mulheres portuguesas, na presente obra traça-nos, muito sucinta e claramente, os *caminhos das teologias feministas*, enquadrando-os nos percursos e formas tomados pelos *feminismos*, genericamente considerados. Aqui sentimos a falta de orientação bibliográfica sobre o tema, que seria bem vinda.

Da leitura do seu trabalho ressaltamos, ainda, o entendimento de que o contributo essencial da *teologia feminista* a torna passível de ser compreendida como uma *teologia fundamental*, um ângulo de visão de toda a teologia, e não como uma sua componente pastoral (para contentar as mulheres...), nem como uma moda passageira (p. 24).

- MANUELA SILVA, embora ciente de que “a linguagem sobre Deus não fala tanto sobre Ele, como sobre quem a emprega” (p. 55) e concluindo que não há caminho para conhecer Deus senão o da relação, coloca como tema central da sua reflexão: “com que vozes as mulheres dizem Deus?”

Assume como uma abordagem possível, o recurso à metáfora, que evoca, não determina, e, a par do símbolo, afirma ser o modo mais apropriado para o ser humano se aproximar do mistério que é Deus. Debruça-se então sobre três exemplos de “metáforas de Deus na

mundividência das mulheres”, que considera paradigmáticos.

- FERNANDA HENRIQUES, como ela própria refere, desenvolve o seu texto em torno das interrogações: “Que fantasmas há que exorcizar nesta tentativa [feminista] de renomear Deus? Que mais vozes, para lá dos feminismos, procuram também um rosto de Deus mais capaz de ser o Outro para nós, hoje? Em que caudal maior se pode integrar a busca feminista da renomeação de Deus?”.

Procura “dialogar com alguns obstáculos e alguns facilitadores que a tradição do pensamento ocidental coloca no caminho da busca feminista de um rosto de Deus capaz de acolher, sem qualquer exclusão ou reticência, o masculino e o feminino, sem esquecer que a Ele nem o *aqui* nem o *agora* o tocam” (p. 69).

Na segunda parte do livro, *Reflexões sobre textos bíblicos*, encontram-se reunidos cinco textos que incluiríamos na tarefa das teologias feministas de proceder a uma re-leitura da Bíblia a partir do olhar e da experiência das mulheres, sendo que os primeiros trabalhos com esse propósito surgidos, nos Estados Unidos da América e em alguns países do Norte da Europa, remontam já ao séc. XIX (M.S., p. 50).

Sente-se a premência de desenvolver um trabalho de reconstrução da história do Cristianismo, retomando os fios de história das mulheres, que também estiveram presentes, mas cuja visão não figurou no conjunto das ideias, das tomadas de decisão, de juízos, que chegaram até nós como “história” (T.T., p. 32).

Neste conjunto de *Reflexões sobre textos bíblicos* podemos, então, revisitar narrativas bíblicas conduzidos pelo olhar de mulheres que assim contribuem para a recuperação da sua história, “silenciada, ou ocultada, pela re-

construção androcêntrica dos acontecimentos”:

- MARIA LUÍSA RIBEIRO FERREIRA, *Sara e Agar – riso e lágrimas*.

A autora remete-nos para os capítulos 12 a 21 do Génesis, em que Abraão é a personagem central, mas contracenando com duas mulheres: Sara e Agar.

Maria Luísa Ribeiro Ferreira sente-se interpelada pelos aspectos de actualidade que descobre na narrativa escrita há milénios: as complexas relações que nela se desenrolam, “as personagens aparentemente fortes que se revelam fracas, a desconstrução de modelos de virtude mostrando a sua fragilidade”...

Interessa-lhe sobretudo o funcionamento das personagens como homens e mulheres comuns, com as suas alegrias, tristezas e paixões, com os seus vícios e virtudes, sem, no entanto, através de toda a teia relacional do episódio que aborda, deixar de nos fazer significar o protagonismo determinante de Agar e Sara no Plano de Deus.

- EMMA MARTINEZ OCAÑA, *Noemi e Rute – duas mulheres que confiam na força do amor*.

Emma Martinez Ocaña começa por tentar situar este livro bíblico no tempo e contextualizá-lo. Em seguida, aflora algumas chaves para a leitura do texto, acabando por se centrar no que designa como tentativa de esboço do seu “sentido teológico-espiritual”. Com o desenrolar da narrativa, a autora percebe nela um itinerário de fé válido para todos os tempos, protagonizado sobretudo pelas suas personagens femininas, Noemi e Rute, que, através da forma que souberam dar às suas trajectórias de vida, nos “mostram um caminho para descobrir o nosso lugar, como mulheres e homens, na história da salvação”.

- MARIA JULIETA rscm, *Maria de Nazaré, a primeira discípula de seu Filho*.

Como nos confia logo no início do

seu trabalho, Maria Julieta tem-se dedicado a estudar as Escrituras no intuito de compreender o que os textos do Novo Testamento lhe dizem sobre Maria, pois não encontrava na Nossa Senhora que lhe pregavam um modelo de vida para si.

A reflexão que nos oferece neste livro corresponde apenas a uma parte dessa investigação: a que foi elaborada a partir da perspectiva de Lucas. Considera que, sem dúvida, este evangelista “nos apresenta Maria, a mãe de Jesus, identificada como discípula”.

Corroborar tal afirmação com a leitura que passa a fazer da obra de Lucas (Evangelho e Actos dos Apóstolos) retirando dos seus episódios as evidências que permitem ver na atitude de Maria a de “uma discípula consciente que tomou a opção de o ser, quando ainda não havia hipótese de existirem discípulas(os). Não é simples figurante por ocasião do nascimento e vida *oculta* de Jesus: toma partido. É interpelada, interroga-se e decide-se.” (p. 143). Ao acompanharmos Maria Julieta, como ela facilmente podemos concluir que Lucas nos propõe Maria como paradigma do discipulado de Jesus.

• NICOLETTA CROSTI, *Uma mulher sem marido recebe um presente de núpcias no poço de Jacob* – Jo 4, 4-26; 28-36; 39-42.

O diálogo de Jesus com a samaritana é um dos mais longos e denso de conteúdo teológico de todo o evangelho de João, o que suscita a pergunta: “Porquê uma conversa tão comprida com uma mulher se, no tempo de Jesus, as mulheres não eram consideradas à altura de discussões teológicas?” (p. 164).

Versículo a versículo, a autora analisa e interpreta a narrativa, pretendendo mostrar que João utiliza o diálogo entre a samaritana e Jesus para dizer quem é Jesus (p. 205). E é através de uma figura de mulher que João o transmite, “uma

mulher que deixa uma impressão profunda em quem a contempla... É uma mulher que anda à procura, que deseja entender, conhecer...que se deixa fecundar pelas palavras de Jesus” e prontamente passa a anunciar “a sua descoberta de um novo sentido para a vida”. “Torna-se assim evangelizadora” (pp. 206-207).

Nicoletta Crosti faz ainda significar a figura da samaritana como representante de todos nós, com “a nossa dificuldade diante das realidades que pertencem ao mundo invisível...Representa todas as infinitas perguntas que temos sobre as coisas...E, por fim, representa o nosso sentirmo-nos *enviados*...” (p. 208).

• MARIA LUÍSA ALMENDRA, *O enigma do feminino na sabedoria bíblica*.

Com a leitura de “alguns livros bíblicos como o Livro dos Provérbios, Ben Sira e Sabedoria, abre-se diante de nós um rosto surpreendente pelos seus inúmeros traços femininos: a sabedoria, que assume a figura de uma mulher, aparecendo descrita como uma jovem, uma irmã, uma mãe, uma educadora e guia, companheira, noiva e esposa” (p. 212).

A autora coloca a questão: “Como interpretar este comportamento dos sábios de Israel, capaz de fazer coexistir, pacificamente, a figuração feminina da sabedoria com uma visão profundamente negativa da mulher?” (p. 214). Maria Luísa Almendra propõe-se “expor algumas direcções de aprofundamento” do enigma da dimensão feminina da sabedoria bíblica.

Na sua reflexão dá-nos conta de “uma inteligência que arrisca introduzir e sugerir a presença de um feminino que precede o ser humano...que emerge na tradição bíblica com a criação do homem e da mulher, mas a excede de um modo único e desafiador” (pp. 220-221). O percurso de aprofundamento

que a autora nos propõe aflora a identificação, nas tradições judaicas, da sabedoria à Lei, o debate acerca da superioridade de Jesus Cristo ou das afinidades entre sabedoria e Espírito Santo, e a assimilação, por parte dos Padres da Igreja, de Jesus Cristo à sabedoria eterna de Deus. Conclusivamente, conduz-nos até à sua convicção de que a sabedoria divina se serviu “igualmente de um rosto feminino e da pessoa masculina de Jesus; dois rostos que não se opõem,

mas antes consentem um equilíbrio na História da Revelação, que teima... afirmar que só na comunhão existe a fecundidade” (p. 227).

Estamos gratas a esta obra que, exemplarmente e em boa hora, reúne e dá a conhecer trabalhos cujo valor se perderia ficando à mercê de uma divulgação dispersa ou mesmo inexistente.

Luciana Miguel

INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

JOSÉ AUGUSTO RAMOS
LUÍS MANUEL DE ARAÚJO
ANTÓNIO RAMOS DOS SANTOS (eds.)

Percursos do Oriente Antigo.

Estudos de homenagem

*ao Professor Doutor José Nunes Carreira,
na sua jubilação académica*

Instituto Oriental da Faculdade de Letras
da Universidade de Lisboa, Junho de 2004

Em Junho de 2004, o Ministério da Educação viu-se aliviado de pagar o vencimento de um Professor Catedrático e a Caixa Nacional de Pensões assumiu o encargo de mais uma reforma. Se eu vivesse num país onde a cultura fosse respeitada, antes diria que, no mesmo mês, assisti à última lição do Professor Doutor José Nunes Carreira, patriarca e impulsor dos estudos Pré-clássicos em Portugal.

Gostaria de tê-lo visto receber, para além dos aplausos de alunos e colegas, uma distinção honorífica com a qual o Estado recompensasse os serviços que prestou a Portugal mas o Governo da República houve por bem não lha conferir. José Nunes Carreira não é um político nem um empresário e a idade não lhe permite a prática do futebol. Se é certo que ajudou a formar uma geração de professores ilustres, a verdade é que a sua pessoa não representa mais do que um voto, o seu, no cômputo das urnas eleitorais. Ausente da televisão e das revistas do *jet set* que ornamentam os consultórios médicos é, para o grande público, um desconhecido.

Não posso limitar-me a uma análise impessoal do livro com que o Instituto Oriental da Faculdade de Letras de Lisboa em boa hora decidiu homenageá-lo. Pertencço ao último grupo de mestrandos que beneficiou das suas aulas. Revejo a austeridade do seu rosto de patrício romano, esculpido por gerações de camponeses, o saber e o entusiasmo que punha nas matérias que explicava, o rigor com que fazia a correcção dos trabalhos curricula-

res, transformando-os de simples conjuntos de palavras em textos ordenados, precisos e científicos. Tinha por vezes o sorriso doce e melancólico de quem já muito viveu e viu perderem-se as virgens ilusões da juventude. Dele recebemos conselhos, bibliografia e confiança nas nossas capacidades, deu-nos segurança.

Tenho à minha frente um grosso volume intitulado *Percursos do Oriente Antigo*, vasto repertório de textos produzidos por especialistas nacionais e estrangeiros de conhecido mérito que construíram juntos um edifício digno deste operário do saber cuja biobibliografia ocupa 37 páginas.

José Nunes Carreira é um misto de exegeta, viajante, teólogo e historiador que distribuiu os seus conhecimentos em inúmeros artigos e em livros que constituem a base de apoio para quem pretenda dedicar-se ao estudo de tais matérias. Deu a conhecer as obras de teólogos e viajantes portugueses esquecidos que em concílios e terras distantes ilustraram o nome de Portugal.

O conjunto de artigos que constituem o presente livro pode sumarizar-se no quadro seguinte:

PERCURSOS DO ORIENTE ANTIGO (Divisão de conteúdos)

Referências	(%)
Temas bíblicos	33,33
Egipto	21,21
Mesopotâmia	21,21
Israel	9,09
Literatura portuguesa de viagens	6,06
Grécia/Fenícia	3,03
Haiti	3,03
Temas Gerais	3,03

O Quadro ilustra uma clara predominância de artigos sobre Exegese Bíblica. Egipto e Mesopotâmia ocupam a segunda posição, como seria de esperar da formação específica dos participantes. Note-

-se o pouco interesse que a Hititologia tem despertado em Portugal embora seja importante dar relevo à contribuição de José Nunes Carreira para o conhecimento da Historiografia Hitita em obras pioneiras que aguardam continuadores. Quanto ao Império Persa, tão rico de especificidades políticas e religiosas, é lamentável a ausência de qualquer texto sobre a sua história.

Não pretendendo realizar uma análise de valor sobre qualquer dos artigos, nem por isso me abstenho de referir um deles, assinado por José Augusto Ramos e intitulado *Sobre as categorias de leitura específica da Bíblia*, texto denso e difícil mas extremamente rico de conteúdos.

Estamos na presença de um livro bem elaborado que cada um dos seus autores não se escusou a complementar com excelente bibliografia. Tudo isto e o seu preço módico contribuem para fazer dele uma presença obrigatória na estante de qualquer estudante de História Pré-Clássica.

Paulo Carreira

ANTÓNIO CARLOS DO AMARAL AZEVEDO e
PAULO GEIGER (co-autor)

Dicionário Histórico de Religiões

Editora Nova Fronteira
Rio de Janeiro, 2002, 462 pp.

A arte de classificar e ordenar conhecimentos remonta a tempos longínquos. Com o decorrer dos séculos e à medida que iam despontando matérias múltiplas e diversificadas dos saberes, foi-se adquirindo a noção da necessidade de organizar coerentemente esses saberes de forma a preservá-los e a transmiti-los aos vindouros. Quer Aristóteles, na Antiguidade, quer Tomás de Aquino, já na emergência da Modernidade, sentiram a premência de colmatar essa lacuna, e a eles é reconhecido o esforço na classificação dos conhecimentos. A partir do século XVIII, com o intuito de apoiar a vida cultural da época, surgiram diversas iniciativas de criação e organização de dicionários e modelos enciclopédicos estruturados sob uma forma

especializada do conhecimento, de que se destaca o trabalho dos enciclopedistas Diderot e D'Alembert.

A linha dos primeiros dicionários temáticos, sobre política e arte, serviu, entretanto, de orientação a enciclopedistas e dicionaristas para a produção de um dicionário harmonizador de um vasto conjunto de termos sobre assuntos das religiões.

Atento aos fenómenos religiosos e à sua preponderante influência no seio de várias culturas, António Carlos Amaral Azevedo e Paulo Geiger, numa edição da Editora Nova Fronteira (Brasil), apresentam-nos, agora, o *Dicionário Histórico de Religiões*, orientado no sentido de contribuir para o desvelar das relações complexas que, a cada passo, se apresentam àqueles que se propõem enveredar pelos territórios dicotómicos do sagrado e do profano.

São conhecidas as dificuldades apresentadas pela interpretação de objectos, signos, palavras e sons, pela sua ambiguidade e duplicidade de sentidos, em que é exemplo manifesto o acto de desvendar o significado da palavra "sagrado", cuja resposta é múltipla, conforme a definição venha da teologia, da filosofia ou de conceitos de ordem científica. E isto adquire dimensão mais complexa consoante a área a explorar, seja ela de índole filosófica, sociológica ou religiosa, exemplo patenteado na citação sobre o duplo sentido existente entre o sagrado e o profano: «(...) é a existência de uma arquitectura ins-titucional a garanti-la, aquela que separa o "eclesiástico" do "leigo". Numa sociedade dominada pelo sagrado, o estado eclesiástico (...) é o mais importante, aquele que verdadeiramente se ocupa do que é mais importante para a existência do homem, a sua alma.»

Havendo a necessidade de se proceder à inserção dos estudos religiosos no seio de diversas culturas, sem perder de vista a matização de outros cultos, cada um com o seu respectivo peso e disponibilidade para estimular sociedades sujeitas às modificações temporais, geográficas e culturais, é imperioso ter em consideração este *Dicionário Histórico de Religiões* como obra

temática, criteriosamente organizada e estruturada em cinco secções: «Conceitos», constituídos de informações básicas, descritivas e históricas relativamente às religiões mais importantes; «Estrutura», subdividida em Factos e Conceitos, Biografias, Deuses, Divindades e Demónios, Glossário e Bibliografia; «Remissões» e outros verbetes que podem ser consultados de forma cruzada ao longo dos textos; «Assinaturas dos autores», consoante a área de especialização religiosa que dominam; «Datas e notações», anteriores e posteriores à era cristã.

Para além de “obra que se propõe informativa”, da qualidade do dicionário em si e da utilidade pedagógica prestada, há que referir o acto de consciência que norteou os seus autores ao produzir este guia essencial, não só para estudantes, mas também para um público mais vasto, a fim de proporcionar a oportunidade de aquisição de valiosos conhecimentos sobre matéria tão difícil, carregada de subtilezas e preconceitos ideológicos que predominam entre o diversificado conjunto de religiões que proliferam – e parece que cada vez mais – no seio das sociedades e povos, e, que não deixam de se inquietar pelos mistérios subjacentes às coisas atinentes ao espírito humano.

António Salvador Reis

ANSELMO BORGES

Religião – Opressão ou Libertação?

Campo das Letras, 232 pp., Porto, 2004

O ser humano desde sempre se questionou sobre o mundo que o rodeia, sobre as suas crenças e, a partir delas, almejou perscrutar os domínios do transcendente na busca inquietante de motivações para o agir e de respostas para o que não pode explicar.

Terá ele conseguido chegar a alguma conclusão? Terão sido satisfeitas algumas das suas pertinentes inquietações?

Decerto que restam sem resposta a maioria das questões, e poderemos interrogarmo-nos se não será este o desenlace

natural para tão desmesurada e temerária ambição – a de sondar os desígnios transcendentes de Deus. Sem o intuito de apoucarmos os esforços e os resultados humanos na incessante procura da perfeição que dita o progresso (houve progresso?!...), somos, por vezes, tentados a esboçar alguma incredulidade quanto à capacidade humana de gerir em perfeição um conhecimento demasiado abrangente.

Para tanto, basta socorrermos-nos de alguma da informação que dispomos, acerca da forma como tem sido utilizado o conhecimento adquirido, para constatarmos quão desnivelado está o balanço entre o bom uso dos saberes e o efeito do seu mau uso, bem presente, por exemplo, no desequilíbrio de um ecossistema que deveria garantir, holisticamente, a harmoniosa vivência e relação de todos os seres e não apenas ser egoistamente manipulado pelas poderosas técnicas ao serviço de restritos grupos com humana ganância desmedida.

Para os fiéis, é a Deus que se deve a capacidade que os humanos têm de pensar e de questionar, mas, no seio das sociedades humanas crentes, em pleno século XXI, resiste o misterioso paradoxo de se usarem os avanços tecnológicos, tidos como dons de Deus, para fins bélicos e de destruição das comunidades humanas que se acredita existirem por vontade desse mesmo Deus. Aquele Ente poderoso, fascinante e dominador que tanto temor incutiu ao homem antigo, submetendo-lhe a vontade e disciplinando-lhe a ousadia, parece ir ficando bem longínquo, nos domínios do mito; porém, Essoutro que, posteriormente, pretendeu conquistar o mundo pelo amor paternal e pela fidelidade da dedicação filial, parece ir ficando também cada vez mais abscôndito. O destemor humano está a ultrapassar os limites do inimaginável, e o recurso despudorado à palavra de Deus tem menos servido para regular comportamentos morais e éticos do que para fundar e justificar anseios de poder e de controlo do mundo.

Permanecem, no entanto ainda, algumas réstias de lúcida sensatez em muitos

daqueles que, frequentemente de forma anónima, gerem as suas vidas com base em valores eivados de liberalismo altruísta ou no comprometimento fidelizado ao ensinamento divino, na prossecução de objectivos de solidariedade social e de empenhado bem do próximo.

A obra em análise – *Religião: Opres-são ou Libertação?* – do P. Anselmo Borges, não é apenas uma obra que fala de religião, é muito mais do que isso. Este texto aponta para uma reflexão sobre o homem total: o lúdico, o que labora, cogita e ora. O primeiro contacto revela-nos um livro que parece organizado de forma pouco convencional, pois encontra-se dividido em dois capítulos que propõem uma diversidade de temas que podem ser tomados, um a um, sem a exigência de uma leitura em contínuo.

O primeiro capítulo – «Sobre o homem, a ética e a morte» – aborda a importância que, no homem em contínua enformação, têm e exercem a crença, a tradição, a cultura, a sociedade, e a forma como nas profundezas da sua psique, paulatinamente, se radicam as estruturas determinantes da emergência dos valores e das qualidades ético-morais. É feita uma abordagem clara de problemas sociais, morais e económicos que sempre preocuparam a humanidade. Analisa o comportamento do ser social e moral, e deixa em aberto ao leitor a possibilidade de tirar as suas próprias conclusões.

O segundo capítulo – «Sobre a esperança, a religião e Deus», e como o próprio título indica, aborda o tema da transcendência divina – exercita a reflexão sobre algumas preocupações do âmbito religioso, tais como: a morte, o além, o mal, a esperança, o fanatismo e muitos outros temas.

O que é a Morte, para o ser humano? Será que este tem consciência de que em cada dia que passa se caminha ao seu encontro? Ou será que, no meio deste frenesim, esquece, ou procura esquecer, esta damocleana sentença que lhe está reservada?

A sociedade ocidental tem um visceral pacto de inimizade com a morte, por essa

razão se esforça por afastá-la da sua presença, o mais possível.

À margem desta reflexão, talvez possamos encontrar aqui alguma explicação para essa fobia a que se devem os milhares de lares da terceira idade, disseminados pelo País! Talvez seja esta a forma hábil encontrada para ocultar o espectáculo da decrepitude, da senilização e do sofrimento terminal que, especulativamente, incomoda e atormenta, como um fim inevitável que a todos atinge. Sem nos apercebermos, de uma forma sub-reptícia e perante apatia generalizada, vai alastrando, com a maior naturalidade, um novo holocausto social: o da nossa população idosa. E o tão censurado olhar hitleriano do século passado sobre os velhos, os deficientes e os incómodos, no dealbar deste novo século, vai adquirindo legitimidade e inaudita desculpabilização.

O que terá sucedido ao homem contemporâneo e que processos evolutivos se desencadearam no seu cérebro para considerar os seus idosos como símbolos da debilidade, como fardos insuportáveis e como flagelos sociais, de forma tão contrastante com o homem antigo, atrasado e bárbaro, que tinha os seus velhos como reservas inestimáveis dos saberes e das experiências acumulados?

* * *

Este livro não é um livro oferecido apenas às pessoas crentes mas ultrapassa essa barreira, pois refere temas que preocupam qualquer ser humano independentemente da sua fidelidade ideológica ou religiosa. O autor, apesar de confrontar o leitor com as grandes questões existenciais, aqui elencadas de uma forma que, por vezes, toca a desesperança, vai condimentando o raciocínio com laivos de expectante confiança só alcançada por aqueles que nunca desistem de acreditar na criatura que não é imagem de si mesmo mas imagem de uma Alteridade que, simultaneamente, a transcende, a habita e a acompanha.

A resposta à questão da religião poder ser um factor opressivo ou libertador é tentada pelo autor, e deixada ao livre dis-

cernimento do leitor, esquadrihando o pensamento de inúmeros filósofos, teólogos e pensadores livres (políticos e economistas) que, ao longo dos anos, se têm preocupado com os problemas da humanidade sem se aterem exclusivamente aos aspectos concernentes a uma religião concreta, mas sobremaneira a todos os aspectos intervenientes na tecedura da rede das relações sociais no seu todo em que, evidentemente, não se pode olvidar o peso do quinhão religioso.

É uma obra extremamente interessante e estimulante onde o leitor poderá encontrar caminhos para algumas das respostas que procura ou, melhor, como diz o prefaciador: «Iniciar-nos na arte difícil de ver o que se vê.»

Mónica A. Serra Lázaro

***Fé, Ciência, Cultura:
BROTÉRIA - 100 anos***

Prefácio: Eduardo Lourenço.

Coordenadores: Hermínio Rico, S.J.

e José Eduardo Franco

Lisboa, Građiva, 2003, 561 pp.

Já vem sendo habitual no meio editorial português, o lançamento de obras comemorativas de diversas efemérides. No entanto, o caso presente é mais invulgar, uma vez que se trata do centenário de uma publicação periódica. De facto, o centenário da revista *Brotéria* é bastante significativo no actual panorama cultural português. Num país em que as estatísticas indicam fracos índices de leitura e, particularmente, no tocante a publicações periódicas de cariz científico, é motivo de regozijo este caso de longevidade e vitalidade.

O livro que ora se apresenta, passando um certo tom laudatório da generalidade dos discursos (característica habitualmente presente em qualquer publicação de cariz comemorativo), estrutura-se numa organização criteriosa, aliada a uma grande diversidade de contributos. Este imenso leque de colaboradores constitui, por si só, uma forma contundente de mostrar a influência que a *Brotéria* teve, ao longo de

décadas, em camadas diversas da sociedade portuguesa.

O livro estrutura-se em quatro parte que se complementam de forma muito interessante. Num primeiro momento, a obra apresenta uma secção denominada *Depoimentos* onde estão inseridos trinta e oito testemunhos de várias personalidades que relatam, num registo breve, a sua experiência de leitores da revista *Brotéria*. Esta secção é bastante representativa da diversidade do público leitor da revista e, por outro lado, nestes depoimentos são destacados alguns dos mais significativos aspectos da publicação e dos seus protagonistas. Em relação aos dirigentes e participantes neste século de publicação, são vários os vultos destacados, com especial destaque para o Padre Manuel Antunes, constantemente invocado nesta secção.

As duas partes seguintes, da autoria de José Eduardo Franco, constituem um pormenorizado historial da revista. Em primeiro lugar faz-se a *História da Revista Brotéria* - referindo-se o contexto do seu nascimento, a sua evolução editorial e, por fim, a construção da memória histórica. Em complemento, faz-se alusão aos directores da *Brotéria* através de pequenas biografias que possibilitam ao leitor identificar os principais responsáveis por este século de publicação.

A última secção, intitulada *Estudos*, reveste-se de todo o interesse, tanto para o público em geral, como para os investigadores da história e da cultura em Portugal no século XX. Através de vinte artigos, da autoria de diversos investigadores, faz-se um estudo aprofundado de algumas das principais temáticas abordadas ao longo dos vários números da revista. Deste modo surgem, entre muitos outros, artigos como «A história da ciência e a revista *Brotéria*» de Henrique Leitão, «A *Brotéria* e a renovação da Filosofia em Portugal» de Cassiano Reimão, «A *Brotéria* e Fátima» de José Barreto e «A doutrinação estética da *Brotéria*» de José Carlos Pereira, estudos que espelham bem a diversidade das temáticas contidas nas páginas desta publicação. Para além dos conteúdos presentes

na revista, alguns dos estudos centram-se no contexto português envolvente e na sua influência na dinâmica editorial da revista. Esta linha de análise é seguida em artigos como «A *Brotéria* – Revista Contemporânea de Cultura no Estado Novo» de Sara Marques Pereira ou «Repercussões do 25 de Abril na redacção da *Brotéria*» de Francisco Pires Lopes.

Enfim, cem anos de publicação que, tal como os organizadores e Eduardo Lourenço (autor do prefácio) referem, foram cheios de altos e baixos, no fundo acompanhando a própria turbulência da vida portuguesa ao longo desse século. Este volume, para além de uma justa homenagem, possibilita um melhor conhecimento a um público mais vasto de uma publicação tão importante no panorama cultural e científico português, como é a *Brotéria*.

Susana Mateus

MANUEL CADAFAZ DE MATOS

Uma Edição de Batávia em Português no último quartel do século XVII. Diferença da Christandade (1684), em versão do P. João Ferreira de Almeida

Lisboa, Edições Távola Redonda, 2002, 328 pp.

Com esta obra, o Centro de Estudos de História do Livro e da Edição (C.E.H.L.E.) apresenta o sétimo título de uma colecção de edições históricas de Cultura Portuguesa, correspondendo este tomo à versão comentada pelo P. João Ferreira de Almeida de um texto de “apologética interconfessional”, intitulado *Diferença da Christandade*. O fac-símile do texto de 1684 é precedido de um estudo introdutório da autoria de Manuel Cadafaz de Matos, intitulado «O P. João Ferreira de Almeida (1628-1691), o homem, a fé e o livro: contributo para o estudo da fortuna editorial da sua obra tipográfica no Extremo Oriente nos séculos XVII e XVIII».

Este texto introdutório leva-nos a acompanhar, num primeiro momento, o percurso de Ferreira de Almeida desde o seu nas-

cimento, numa pequena aldeia portuguesa, até à sua chegada a Amesterdão, numa época em que toda a Europa estremece com os efeitos devastadores da Guerra dos Trinta Anos. Depois de uma breve estada nas Províncias Unidas, contactando com o Protestantismo, parte para o Extremo Oriente, onde viverá o resto da sua vida, até falecer em Batávia em 1691.

Manuel Cadafaz de Matos apresenta a acção missionária do P. João Ferreira de Almeida no Oriente, relacionando-a com as acções dos holandeses (principalmente da VOC) e dos missionários jesuítas. Por outro lado, o autor analisa também a actividade tipográfica em língua portuguesa efectuada em Batávia, destacando claramente o papel de Ferreira de Almeida.

A obra *Diferença da Christandade*, de autor desconhecido, foi traduzida na região de Malaca pelo P. João Ferreira de Almeida a partir do castelhano. Esta tradução representa uma pequena parcela da obra de um homem que dedicou grande parte da sua vida a traduzir o Antigo e o Novo Testamento.

Esta edição é um importante contributo para o conhecimento da vida e obra de um português singular, infelizmente muitas vezes esquecido pela historiografia portuguesa.

Susana Mateus

BALBINO VELASCO BAYÓN, O. Carm.

História da Ordem do Carmo em Portugal

Tradução: Manuel R. Freitas, O. Carm.

Paulinas Editora, Lisboa, 2001, 792 pp.

Trabalho de rigor científico e assente numa cuidadosa investigação, este livro, agora o mais completo quanto ao tema, é de enorme importância não só para a Ordem do Carmo, mas também para a história das Ordens Religiosas e da Igreja em Portugal.

Quem são os Carmelitas? Qual a sua origem, e porque se chamam Carmelitas? Como foi, e como tem sido a existência da

Ordem Carmelita em Portugal? Qual o seu património na cultura, no apostolado, na espiritualidade, e de que modo dão testemunho da Igreja no mundo? Quem foram, ou quem são as personalidades históricas da vida portuguesa com origem na Ordem Carmelita? São algumas das questões que encontram resposta neste livro do Pe. Balbino Bayón, ilustre historiador espanhol, que narra a história do Carmo em Portugal, desde a sua fundação, nas primeiras décadas do século XIV, em Moura, até aos nossos dias, sempre com a maior objectividade e com o cuidado de enquadrar o percurso desta Ordem num amplo horizonte histórico. O livro abre com um prefácio do professor Joaquim Veríssimo Serão e encerra com um epílogo de D. Vitalino Dantas, bispo de Beja, e ele próprio carmelita.

Enriquecem ainda este volume: o rol das fontes manuscritas inventariadas e que se encontram depositadas em inúmeros e diversificados locais – indicados por distrito – onde a presença carmelita deixou memória; uma vasta e completa bibliografia; uma rica secção gráfica – apresentada em extratexto – abrangendo algum do património arquitectónico, escultural, de pintura, de artes decorativas e de documentação fotográfica pessoal; e, ainda, um prático índice onomástico, que permite a localização, numa obra de quase 800 páginas, dos temas de maior interesse.

Paula Delgado

JOSÉ MANUEL ANES, M. ESTELA GUEDES,
NUNO PEIRIÇO (eds.)

***II Colóquio sobre Discursos
e Práticas Alquímicas***

Lisboa, Hugin, 2002

O presente volume reúne vinte e uma comunicações apresentadas no colóquio acima referido, produzidas por um conjunto pluridisciplinar de investigadores que no entanto poderia com vantagem ter

englobado a classe dos engenheiros que teriam uma palavra importante a dizer sobre as possíveis técnicas envolvidas na pesquisa alquímica. Assistimos portanto a um desfilar de artigos, aliás muito importantes, a respeito da análise histórica e sociológica da alquimia e que abordam mesmo os aspectos numerológicos e mitogeométricos mas não analisam os aspectos científicos do processo. Estamos no entanto diante de um extenso *corpus* de informações que do Egipto se prolonga até aos dias de hoje, à desordem da sociedade informatizada e ao meta espaço cibernético. Os grandes pilares daquilo a que hoje denominamos ciência, como Newton ou Boyle, foram para além de tradutores da linguagem das coisas em símbolos matemáticos, operadores das ciências antigas e deixaram igualmente um testemunho velado das suas pesquisas. Cabala e Maçonaria, na medida em que guardam segredos de antigas práticas, tantas vezes consubstanciadas em signos pictóricos e arquiteturas, foram igualmente objectos de pesquisa. Menos se compreende a inclusão de artigos sobre a história de uma pepita gigante de cobre ou a respeito da amoedação deste metal no espaço português, os quais se nos afiguram claramente descontextualizados.

No entanto, o livro é claramente um ponto de partida, veiculando um extenso acervo de referências bibliográficas altamente especializado e que é o necessário fundamento para qualquer investigação sobre a matéria. Tal estudo, a ser minimamente credível, haverá que insistir na pluridisciplinaridade e nas ciências duras. Há que começar por coisas simples como o estudo dos fornos e instrumentos alquímicos, a elucidação dos processos, a diluição dos textos por técnicas de criptografia e análise estatística. Isto permitiria fazer mais luz sobre a ciência dos antigos. Afinal era isto que o alquimista procurava, iluminar-se e iluminar o mundo.

Paulo Jorge Borges Carreira